



CADERNO DE RESPOSTAS

4º FESTIVAL DA JUVENTUDE RURAL

CONTAG | 2023

SECRETARIA-GERAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Apresentação

O Governo Federal tem como prioridade ouvir a sociedade civil na construção, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas, e assegurar o atendimento às demandas por ela apresentadas.

Nos governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, a participação social foi um método que possibilitou avanços, sobretudo em relação aos direitos das juventudes e de todas as pessoas do campo, da floresta, das águas e das cidades.

Foi também nos governos Lula e Dilma que se iniciaram e consolidaram os marcos mais importantes da trajetória de construção das políticas de e para as juventudes, que passaram nos últimos quatro anos por um período de desarticulação das suas redes e desorganização das dimensões interfederativa e transversal.

Com o propósito de reafirmar o compromisso com os direitos das juventudes brasileiras e fortalecer a relação respeitosa e fundamental com a sociedade civil, o Governo Federal, na terceira gestão do Presidente Lula, recebeu recentemente da Contag o calendário de ações programadas pela entidade para 2023 e o documento "Semeando Resistência e Cultivando um Mundo Novo, da Confederação Nacional da Agricultura", sobre o 4º Festival Nacional da Juventude Rural.

Este documento trata de seis pontos centrais, divididos em 35 itens, que foram encaminhados aos ministérios responsáveis pelos temas afins. As demandas foram submetidas a tratativas, negociações e respostas para serem incorporadas às suas ações e políticas do governo, com vistas ao máximo atendimento das reivindicações elencadas.

O processo de encaminhamento e discussão da pauta do 4º Festival Nacional da Juventude Rural foi sistematizado e coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência, por determinação do Presidente da República. Neste caderno, consolidamos as respostas às demandas apresentadas, buscando reforçar o compromisso deste governo com a participação social na formulação de políticas públicas. Especialmente, neste caso, reafirmando o diálogo permanente com as juventu-

des que atuam na agricultura familiar, provenientes de territórios da reforma agrária e dos povos de comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, de pescadores/as artesanais, extrativistas e quebradeiras de coco, entre outros.

Apresentamos, enfim, este Caderno de Respostas à pauta do Festival da Juventude Rural 2023 com a finalidade de sistematizar os esforços do Governo Federal no atendimento das demandas apresentadas.

A Secretaria-Geral reafirma sua disposição para um processo permanente de diálogo, negociação e acompanhamento das políticas públicas para as juventudes, de forma a efetivá-las, além de fortalecer a participação social deste segmento no governo. O objetivo é fazer com que esse processo possa resultar em ações que efetivamente melhorem a qualidade de vida dos cidadãos, especialmente dos setores historicamente mais alijados do processo de desenvolvimento do País.

Márcio Costa Macêdo
Secretaria-Geral da Presidência da República

RESPOSTAS | 4º FESTIVAL DA JUVENTUDE RURAL | CONTAG

1) DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>1.1 Implementar o Sistema Nacional de Juventude, nas seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none">• Consolidar a adesão dos estados ao sistema, prestando assistência técnica e suplementação financeira aos estados, e aos municípios;• Contribuir para a qualificação e ação em rede do Sinajuve em todos os entes da Federação;• Financiar, com os demais entes federados, a execução das políticas públicas de juventude, estabelecendo formas de colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios para a execução das políticas públicas de juventude;• Garantir a publicidade de informações sobre repasse de recursos para financiamento de políticas públicas de juventude aos conselhos gestores estaduais, do Distrito Federal e municipais.	<p>A Secretaria Nacional de Juventude já está trabalhando para:</p> <ul style="list-style-type: none">• a garantia da manutenção do Sistema Nacional da Juventude e também no desenvolvimento de novas ferramentas.• articulação com Gestores e Gestoras estaduais e municipais.• a construção de um sistema de formação e capacitação para garantir apoio técnico e a atuação em rede da política de juventude.• Retomar o Programa Estação Juventude, com parceria com Estados, Distrito Federal e Municípios para a instalação de equipamentos públicos de referência de políticas públicas de juventude.• Garantir que todas as formas de parceria estabelecidas serão executadas a partir de editais e chamadas públicas, garantindo a publicidade para o acompanhamento e fiscalização.	<p>Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria-Geral da Presidência da República</p>

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>1.2 Criar Grupo de Trabalho Interministerial para atualização do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, com participação de movimentos sociais do campo.</p>	<p>O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA é o principal interlocutor da pauta da juventude rural e responsável pela atualização do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Dessa forma, nossa proposta é que seja recriado o Comitê Permanente de Juventude Rural - CPJR, dentro do Condraf, composto por representantes do poder público e da sociedade civil, sendo essa essa instância com competência pela atualização do PNJSR.</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>
<p>1.3 Retomar o GT de Juventude no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF</p>	<p>Com a reinstalação do CONDRAF, a proposta é que seja instituído o Comitê Permanente de Juventude Rural - CPJR, que será o ponto focal para a pauta da juventude rural. (Previsão da primeira reunião ordinária entre os meses de maio ou junho de 2023).</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>
<p>1.4 Criar Subsecretaria de Juventude Rural na Secretaria Nacional de Juventude.</p>	<p>A Secretaria Nacional de Juventude está em articulação para que, pela primeira vez na história, a juventude rural tenha um espaço específico dentro da SNJ para transversalizar as políticas construídas na pasta para juventude do campo, da floresta e das águas.</p>	<p>Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria-Geral da Presidência da República</p>
<p>1.5 Ampliar o número de assentos no Conselho Nacional de Juventude, para aumentar a representação de diversos segmentos, com reuniões bimestrais ou trimestrais e garantia de condições de participação.</p>	<p>A Secretaria Nacional de Juventude já está trabalhando na ampliação para 40 (quarenta) assentos para a sociedade civil e 20 (vinte) de representação do Governo. De acordo com o Decreto nº 10.069, de 2019, atualizado este mês pelo Decreto nº 11.470, de 2023, as reuniões em caráter ordinário já são trimestrais.</p>	<p>Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria-Geral da Presidência da República</p>

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>1.6 Retomar as Conferências Nacionais da Juventude, com etapas municipais e estaduais em 2024 e nacional em 2025, garantindo a participação da juventude rural em todas as etapas.</p>	<p>A principal prioridade da Secretaria Nacional de Juventude para 2023 é a realização da 4ª Conferência Nacional de Juventude. Neste sentido, já há um cronograma em andamento para garantir a realização até o final de 2023. Em maio será publicado o Decreto para a Convocação da Conferência e suas etapas. As etapas municipais estão previstas para acontecer entre junho e agosto, as estaduais entre setembro e outubro e a Nacional até dezembro.</p>	<p>Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria-Geral da Presidência da República</p>
<p>1.7 Criar Programa Nacional de Documentação da Juventude Rural itinerante nas comunidades rurais e assentamentos de todo o País para atender as demandas de jovens - certidões de nascimento, identidade, CPF, carteira de trabalho.</p>	<p>O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) está em processo de reconstrução para sua recriação. Nossa proposta é incluir no programa o atendimento à juventude rural, realizando assim mutirões nos territórios e garantindo o acesso à documentação à juventude rural.</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>
<p>1.8 Valorizar e ampliar a participação da CONTAG, com garantia de representação de jovens e mulheres nas Seções Regionais e Seção Nacional Brasileira da Reaf-Mercosul, consolidando-as como espaços de diálogo inclusivos entre representantes de governos e das organizações da agricultura familiar.</p>	<p>O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar incentiva a participação da CONTAG e todas as organizações representativas nesse espaço. Mas não compete ao MDA definir a composição da delegação da sociedade civil na Reaf-Mercosul.</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>

2) TRABALHO, PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E RENDA

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>2.1 Acesso à terra e ao crédito;</p>	<p>O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, ainda neste mês de abril, pretende lançar entregas para a juventude rural no acesso à terra. Elas estão concentradas em melhores condições dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário, na pontuação para jovens no processo de seleção de famílias para assentamento da reforma agrária e na criação de um Fomento específico para projetos produtivos dos jovens no âmbito do crédito instalação voltado para assentados da reforma agrária.</p> <p>Propostas em discussão no governo sobre crédito fundiário: - Nova linha de financiamento PNCF JOVEM: Para os jovens rurais até 29 (vinte e nove) anos em todas as regiões. Tal medida permite que os filhos de agricultores familiares, os técnicos oriundos dos cursos de Ciências Agrárias e das Escolas Agrotécnicas, Centros Familiares de Formação por Alternância e similares possam adquirir sua propriedade financiada pelo Programa;</p> <p>- Aumento do limite de financiamento por beneficiário: O aumento do teto de financiamento por beneficiário facilitará o acesso dos jovens rurais nas regiões onde os imóveis são mais caros, sobretudo os mais próximos aos centros urbanos;</p> <p>- Aumento no limite do Patrimônio quando se tratar de negociação entre co herdeiros de imóvel rural objeto de partilha decorrente de sucessão: O limite do Patrimônio do beneficiário que estiver acessando o PNCF por meio de negociação entre co herdeiros de imóvel rural objeto de partilha decorrente de sucessão será</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
	<p>elevado. Esta medida facilita a negociação entre os herdeiros e consequentemente a sucessão rural;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Retirada do imóvel de moradia na apuração do limite de patrimônio: Esta medida facilita a negociação entre os herdeiros e consequentemente a sucessão rural e o acesso dos jovens rurais ao PNCF. 	
<p>2.1.1 Prever pontuação específica para jovens trabalhadores(as) rurais filhos(as) de agricultores(as) familiares (assentados/as da reforma agrária ou não) e de famílias acampadas no processo de seleção para assentamentos em projetos de reforma agrária;</p>	<p>O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, ainda neste mês de abril, fará um novo decreto sobre a seleção de beneficiários da Reforma Agrária e, neste decreto, a juventude rural estará contemplada com pontuação específica.</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>
<p>2.1.2 Criar condições diferenciadas de acesso ao Crédito Fundiário para mulheres chefe de família e juventude rural (idade entre 16 anos - emancipados, e 29 anos) em todo o território nacional, com taxa de juros de 0,5% ao ano e bônus de adimplência de 50% considerando para fins de enquadramento a renda e patrimônio da linha PNCF Mais.</p>	<p>Não se tem ainda uma especificidade para jovens mulheres, mas como o pacote é específico para juventude rural, já se tem posto a garantia para as jovens mulheres. O que se pretende com a nova linha de financiamento "PNCF Jovem" e com as demais medidas que potencializam o acesso dos jovens ao Programa.</p> <p>O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, ainda neste mês de abril, pretende lançar entregas para a juventude rural no acesso à terra. E, parte delas, está concentrada em melhores condições dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário.</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>2.1.3 Pronaf Jovem - com o objetivo de estimular a autonomia financeira e a permanência no campo, propõe-se que a linha de investimentos Crédito Pronaf Jovem (MCR 10,10 e MCR 7,6) seja ajustada para as seguintes condições: teto de financiamento de R\$30mil; risco da União conformes MCR 10-1-23; taxa efetiva de juros de 0,5% ao ano; bônus de adimplência de 40%, para empreendimento localizado na área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento Nordeste (Sudene) e de 25% nas demais regiões.</p>	<p>Em maio de 2023 será lançado o novo Plano Safra, no qual estará previsto o acesso ao crédito pelos jovens rurais.</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>
<p>2.2 Assistência Técnica e Extensão Rural</p>	<p>Está em negociação uma cota para juventude rural em todas as chamadas públicas de ATER.</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>
<p>2.2.1 Incluir nos critérios para a seleção das prestadoras de serviço nas Chamadas Públicas de Ater, pontuação progressiva de acordo com o percentual de presença de mulheres e jovens na equipe técnica;</p>	<p>Está em negociação uma pontuação para juventude rural e mulheres na seleção de prestadoras de serviço de ATER.</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>2.2.2 Realizar Chamadas Públicas de Ater específicas para juventude para atendimento dos projetos produtivos para o Pronaf Jovem.</p>	<p>Neste momento, o foco está na cota para a juventude rural nas chamadas públicas. Em um segundo momento poderá ser construída uma proposta de chamada específica para a juventude rural.</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>
<p>2.3 Formação Técnica</p>	<p>A assessoria de juventude do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar irá dialogar com o Ministério da Educação para construir a retomada da formação técnica.</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>
	<p>O Ministério do Turismo disponibiliza, gratuitamente, oferta de cursos de qualificação profissional aos destinos turísticos brasileiros e demais interessados em se qualificar.</p>	<p>Ministério do Turismo</p>

PAUTA

2.3.1 Reeditar o Consórcio Social da Juventude Rural como política permanente de formação técnica e profissional para a atuação da juventude na produção e comercialização de alimentos saudáveis, por meio de parcerias entre governos federal e estaduais e movimentos sociais.

RESPOSTAS

A assessoria de juventude do MDA irá dialogar com os demais Ministérios envolvidos para construir uma proposta de reedição do Consórcio Social da Juventude Rural.

MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

2.4 Trabalho e renda

O Ministério do Trabalho e Emprego - MTE está iniciando o levantamento de Termo de Referência e documentos anteriores dos Consórcios Sociais da Juventude, para que sejam aperfeiçoados em uma nova edição.

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

Ministério do Turismo

3) AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E RESILIÊNCIA ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>3.1 Implantar o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), nas seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none">• Estabelecer a tributação progressiva do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nos agrotóxicos, de acordo com a escala de toxidez;• Eliminar a isenção atual do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) prevista no Convênio 100/1997 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz);• Destinar a arrecadação dos tributos sobre os agrotóxicos às seguintes ações:<ol style="list-style-type: none">I. Financiar Ater para agricultura sustentável;II. Estimular a pesquisa e produção de bioinssumos;III. Financiar a Pnapo, priorizando projetos produtivos de mulheres e juventude rural;IV. Implantar o Programa de Regularização Ambiental (PRA);V. Promover campanhas educativas continuadas sobre os danos à	<p>O Governo Federal retomou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO e esses conselhos apresentaram o PRONARA como prioridade para 2023 .</p>	<p>Secretaria-Geral da Presidência da República</p>

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>saúde, principalmente nas escolas do campo, tendo a(o) jovem como protagonista;</p> <p>VI. Realizar cursos técnicos e de graduação em agroecologia, prioritariamente para as mulheres e juventude rural;</p> <p>VII. Fomentar, apoiar e financiar a criação e ampliação dos bancos e casas de sementes crioulas.</p>		
<p>3.2 Criar programa permanente de formação de jovens agentes de proteção e conservação ambiental e produção sustentável nas comunidades, integrando os Ministérios da Saúde, Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, em parceria com movimentos sociais, incluindo intercâmbios de saberes com encontros e vivências a partir de atividades econômicas entre as comunidades em diferentes territórios e biomas;</p>	<p>O Departamento de Políticas de Gestão Ambiental Rural (DGAR) vem articulando com o Departamento de Educação Ambiental e Cidadania (DEA) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para retomar e fortalecer o Programa de Educação Ambiental para a Agricultura Familiar (PEAAF), com enfoque na formação de jovens para a gestão ambiental rural de seus territórios e produção sustentável nas comunidades.</p>	<p>Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima</p>

4) SAÚDE

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>4.1.1 Recuperar, fortalecer e ampliar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescente e Jovens;</p>	<p>A Secretaria Nacional de Juventude está em articulação para firmar parceria, por meio de Convênio, com a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, no âmbito da Agenda Jovem Fiocruz, para apoio técnico na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de juventude com enfoque na saúde. Como resultado principal dessa cooperação, teremos a construção de marcos para a formulação de uma Política de Atenção Integral à Saúde dos Jovens.</p> <p>O Ministério da Educação irá instituir Câmara Técnica Assessora para ações integradas voltadas à construção da Política Nacional de Atenção integral à Saúde de Adolescentes e Jovens, com o objetivo de prestar consultoria e assessoramento ao Secretário de Atenção Primária à Saúde em matérias específicas de interesse do Departamento de Gestão do Cuidado Integral com a finalidade de discutir e propor o escopo que dê subsídios para a elaboração da Política Nacional de Atenção integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (Portaria e Nota técnica em elaboração).</p>	<p>Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria-Geral da Presidência da República</p>

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>4.1.2 Fortalecer as ações de educação integral em sexualidade para a juventude rural;</p>	<p>O Ministério da Saúde fará o fomento de ações em Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva voltadas para população juvenil. A Coordenação de Atenção à Saúde da Criança e Adolescente planeja lançar diretrizes nacionais sobre os direitos sexuais e direitos reprodutivos para adolescentes e jovens, contemplando as especificidades territoriais em parceria com instituições afins ao tema e sociedade civil.</p>	<p>Ministério da Saúde</p>
<p>4.1.3 Fortalecer as ações no meio rural referentes à implementação da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, conforme a Lei N° 13.819, de 26 de abril de 2019, incluive a criação do Comitê Nacional de implementação da referida política com garantia de participação de entidade representativa da juventude rural;</p>	<p>Ministério da Saúde tem acordo com o fortalecimento da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, e está em curso a elaboração de proposta para a recomposição e reestruturação do Comitê que acompanha a referida política, tendo em vista tanto a participação das áreas técnicas da Saúde pertinentes, os demais ministérios e a interlocução com a sociedade civil. É fundamental que esta política seja executada com vistas a atender a populações estratégicas, a exemplo da juventude rural.</p>	<p>Ministério da Saúde</p>
<p>4.1.4 Assegurar na Rede de Atenção Básica e Psicossocial do SUS a contratação de profissionais com especialidade em saúde mental, com atenção especial para o atendimento da juventude das populações do campo, da floresta e das águas.</p>	<p>Os serviços especializados de atenção psicosocial habilitados pelo Departamento de Saúde Mental (DESME/SAES/MS), cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), são compostos por equipes multiprofissionais especializadas estabelecidas pelas normas vigentes. Destaca-se que o DESME/SAES está se organizando em relação a</p>	<p>Ministério da Saúde</p>

investimentos com recursos próprios e programas de Educação Permanente com a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), para capacitar os profissionais da Rede de Atenção Psicossocial nas principais temáticas da assistência e cuidado e, sobretudo nas especificidades das populações e diversidades, contemplando as populações do campo, rural e das águas.

Ratifica-se que o DESME está retomando a expansão e qualificação dos Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Serviços Residenciais Terapêuticos e Unidades de Acolhimento, bem como leitos de retaguarda em hospital geral, para fortalecimento e consolidação da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas. O projeto de expansão da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) tem como uma das metas implantar serviços nas regiões de saúde com vazios assistenciais.

No que tange à rede de Atenção Primária em Saúde (APS), em 2023, criou-se a Coordenação de Ações Interprofissionais vinculada a estrutura do Departamento de Saúde da Família e Comunidade da Secretaria de Atenção Primária à Saúde que, dentre outras competências, responsabiliza-se pela formulação e monitoramento das ações interprofissionais na APS que encontram-se em curso de reestruturação e pactuação tripartite.

5) EDUCAÇÃO DO CAMPO

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>5.1 Realizar estudo sobre a situação atual, rearranjo e manutenção das escolas do campo, acompanhado de uma proposta de reforma e construção de novas escolas, com infraestrutura adequada, garantindo transporte escolar seguro e de qualidade, materiais e livros didáticos, biblioteca, áreas de lazer e desporto;</p>	<p>O Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI, fará:</p> <ul style="list-style-type: none">• Contratação de consultoria para realização de pesquisa sobre as situações de oferta e funcionamento da educação em escolas públicas localizadas em áreas rurais, realizando cruzamento de dados sobre o desenvolvimento da política nacional de educação em todas suas dimensões, explicitando o atendimento e qualidade da execução das mesmas em relação aos direitos dos povos indígenas, do campo, das águas e das florestas, com produção de relatório analítico e propositivo de ações que contribuam para melhoria e efetividade destas políticas na garantia do direito ao acesso, permanência e sucesso escolar de estudantes nos diferentes níveis e modalidades de ensino da Educação Básica;• Encaminhamento do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE Campo e PDDE Água (2021 e 2022 entre os meses de maio e junho de 2023);• Levantamento e discussão com o Ministério sobre construção de escolas.	<p>Ministério da Educação</p>

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>5.2 Incorporar, na Lei N° 12.960/2014 e na Portaria nº 391/2016, mecanismo que assegure a participação da comunidade onde está localizada a escola na deliberação sobre o fechamento ou não das escolas do campo. Caso a escola seja fechada, que os(as) alunos(as) sejam remanejados, prioritariamente, para outra escola no campo mais próxima;</p>	<p>O Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI, fará:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contratação de consultoria para mapeamento da situação das escolas ativas, paralisadas e fechada para identificação dos fatores que levam a este cenário; • Discussão com União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime e Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed sobre o marco normativo da Educação do Campo; • Articulação com o Conselho Nacional de Educação - CNE para a elaboração de orientações para os processos que tratam do fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas no âmbito das Secretarias de Educação e dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação. 	<p>Ministério da Educação</p>

PAUTA

- 5.3** Ajustar e ampliar as ações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), com destaque para:
- a) Recomposição da Comissão Pedagógica Nacional;
 - b) Recomposição do Orçamento - R\$ 70 milhões em 2023;
 - c) Implementação imediata dos projetos aprovados;
 - d) Instalação de comissão para a revisão do Manual do pronera;
 - e) Revisão do valor aluno/ano que contemple os custos da alternância e bolsas para estudantes e professores/as;
 - f) Revisão do valor aluno/ano que contemple os custos da alternância e bolsas para estudantes e professores/as;
 - f) Incluir a previsão de pagamento de despesas de capital - biblioteca, equipamentos eletrônicos, instrumentos e insumos para implementação de campos de pesquisa; e, professores/as, educadores/as e educandos/as dos movimentos sociais e sindicais no acompanhamento aos estudantes no Tempo Universidade e Tempo Comunidade;

RESPOSTAS

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra está encaminhando a revisão do Manual de Operações do Pronera e os ajustes necessários quanto aos valores de financiamento do programa. A pauta da educação no campo foi retomada e as soluções estão sendo construídas de forma coletiva, envolvendo movimentos sociais e sindicais e instituições de ensino.

MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>5.4 Assegurar, na reforma do Ensino Médio, as diretrizes e princípios da Política Nacional de Educação do campo;</p>	<p>O Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI, tem acompanhado o processo que aponta para necessidade de rediscussão da Reforma do Ensino Médio e no tempo oportuno apresentará suas propostas para inclusão de questões relacionadas a Educação do Campo.</p>	<p>Ministério da Educação</p>
<p>5.5 Incluir nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo critérios de pontuação extra no processo de seleção para os(as) docentes de Escolas do Campo que sejam oriundos da comunidade ou de localidades próximas e estejam familiarizados com as realidades locais;</p>	<p>Plano anual de ações estratégicas da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI, do Ministério da Educação, em articulação nacional com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime e Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed para inserção do perfil dos Licenciados(as) em Educação Indígena, do Campo e Quilombola nos concursos das redes públicas de ensino municipais e estaduais.</p>	<p>Ministério da Educação</p>
<p>5.6 Revisar a base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como os currículos dos entes subnacionais dela decorrentes para incluir: educação ambiental interdisciplinar e nos temas sobre sexualidade tratar de saúde, consentimento, diversidade, combate à violência, gravidez precoce e outros temas;</p>	<p>O Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI criou a Coordenação de Educação Ambiental que ajudará a aprofundar os debates e ações sobre educação ambiental.</p> <p>Além disso, será realizada a Conferência Infanto Juvenil de Educação Ambiental em 2024.</p>	<p>Ministério da Educação</p>

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>5.7 Reconhecimento da Pedagogia da Alternância como estratégia de formação dos sujeitos e educadores(as) do campo, que estabelece a articulação dos processos formativos com os diversos modos de trabalho e de vida dos territórios e territorialidades camponesas, com o reconhecimento de seus tempos, espaços, saberes e formas próprias de organização;</p>	<p>O Parecer Conselho Nacional de Educação CNE/CP nº 22/2020, que institui as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Superior, reconhece “a Pedagogia da Alternância como estratégia de formação dos sujeitos e educadores(as) do campo”, com parecer positivo da da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena está em trâmite para homologação do Ministro da Educação.</p>	<p>Ministério da Educação</p>
<p>5.8 Monitorar a implementação da meta 1 do Plano Nacional de Educação, assegurando a universalização da educação infantil nas escolas do campo para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE, julho de 2024;</p>	<p>O Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI, fará</p> <ul style="list-style-type: none"> • Articulação com a Coordenação de Educação Infantil da Secretaria de Educação Básica - SEB para políticas de Educação Infantil do Campo; • Articulação com o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil - MIEIB para acompanhamento desta questão; • Discussão e proposição para o próximo Plano Nacional de Educação. 	<p>Ministério da Educação</p>

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>5.9 Ampliar o acesso de jovens do campo, floresta e águas todos os cursos do Ensino Superior público, considerando as necessidades específicas de quem mora e trabalha no meio rural, por meio do exercício da pedagogia da alternância e da atuação de docentes que conhecem as realidades locais;</p>	<p>O Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI, fará:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Retomada do apoio das Universidades que ofertam os cursos da Licenciatura em Educação do Campo e Licenciatura Intercultural Indígena; • Discussão com União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime, Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed e Fóruns para inserção do perfil do licenciado em Educação do Campo nos concursos públicos. 	<p>Ministério da Educação</p>
<p>5.10 Incluir a juventude da agricultura familiar no Programa de Bolsa Permanência do indígenas (Portaria Nº 389, de 09/05/2013), aumentando o número de benefícios e também o valor do benefício para um salário mínimo, com garantia de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para financiamento do programa;</p>	<p>O Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI tem se empenhado na articulação para ampliação e fortalecimento do Programa Nacional de Bolsas Permanência, garantindo ampliação de reserva de vagas para estudantes camponeses.</p> <p>Além disso, fará a ampliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - Pibid e do Residência Pedagógica.</p>	<p>Ministério da Educação</p>

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>5.10 Incluir a juventude da agricultura familiar no Programa de Bolsa Permanência do indígenas (Portaria Nº 389, de 09/05/2013), aumentando o número de benefícios e também o valor do benefício para um salário mínimo, com garantia de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para financiamento do programa;</p>	<p>Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar construir parcerias com instituições fomentadoras de pesquisas para criação e ampliação de programas de bolsa de ensino, pesquisa e extensão voltadas ao público da agricultura familiar, neste sentido, serão construídas ações e entregas que colaboram para a permanência estudantil da juventude rural</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>
<p>5.11 Inserir, na Política de Nacional de Alfabetização, ações de incentivo à redução da evasão escolar, a exemplo da destinação de Bolsas Permanência e iniciativas de promoção da saúde oftalmológica;</p>	<p>O Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI está em articulação intersetorial e interministerial para assegurar a Educação de Jovens e Adultos do Campo e a Alfabetização de Crianças do Campo e Indígena.</p>	<p>Ministério da Educação</p>
<p>5.12 Reforma a grade curricular do Ensino Superior público de cursos correlatos para a inclusão interdisciplinar de discussões sobre transição energética e agroecológica, estimulando o desenvolvimento tecnológico, o conhecimento tradicional e a produção de conhecimento sobre o tema;</p>	<p>A Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI fará articulação com a Secretaria de Ensino Superior -SESU.</p>	<p>Ministério da Educação</p>

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>5.13 Incluir a obrigatoriedade do Ensino e Pesquisa sobre assistência técnica e produção da agricultura familiar, agroecologia e sistemas agroflorestais na grade curricular dos cursos superiores e técnicos de Agronomia, para ampliar os conhecimentos sobre práticas agrícolas sustentáveis.</p>	<p>A Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI fará articulação com a Secretaria de Ensino Superior -SESU.</p>	<p>Ministério da Educação</p>

6) CULTURA, ESPORTE E LAZER

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>6.1 Retomar a política de Pontos de Cultura, com financiamento, por meio de editais, de projetos locais e itinerantes de produção cultural voltados para música, dança, artes plásticas (pintura, desenho e escultura), audiovisual (cinema, rádio e fotografia), artes cênicas e literatura;</p>	<p>Retomada da Política Nacional de Cultura Viva</p> <p>O MinC elaborou uma estratégia para zerar o passivo de prestações de contas de anos anteriores até o final de 2023, vai fomentar 50 Pontões de Cultura, premiar 1 mil Pontos de Cultura, Pontos de Memória, Pontos de Leitura, mestres e mestra das culturas populares, ações de diversidade cultural e investir no fomento a projetos continuados de Pontos de Cultura de todo Brasil (via LAB 2).</p>	<p>Ministério da Cultura</p>
<p>6.2 Reeditar o Programa Arca das Letras, desta vez como política permanente para a promoção da leitura, associada a uma Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos, coordenada pelo MEC e executada em parceria com movimentos sociais, editoras, escolas do campo e universidades, com formação de formadores e multiplicadores.</p>	<p>O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar está estudando lançar programa que resgate a experiência do Arca das Letras mas que também apresente iniciativas que trabalhem a educação e cultura no campo. Essa iniciativa será discutida no âmbito da política de desenvolvimento territorial rural.</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>

Projeto Gráfico
Josair Braz | ASCOM/SG



SECRETARIA-GERAL